

6. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:

Submete-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

a) À União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no montante de **2.824,42 €**, destinado a apoiar a execução da obra de **"Auditório da Escola Pré-Primária de Santana de Vimieiro"**;

b) À Freguesias de Adaúfe, no montante de **36.148,72 €**, destinado a apoiar a execução da obra de **"Requalificação do Cemitério de Adaúfe – Trabalhos Complementares"**;

c) À União das freguesias de Arentim e Cunha, no montante de **2.927,95 €**, destinado a apoiar a execução da obra do **"Passadiço do Parque de Merendas e Lazer de Cunha"**;

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

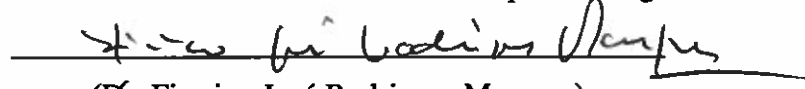
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a execução da obra do **“Auditório da Escola Pré-Primária de Santana de Vimieiro”** no valor de **2.824,42€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 12 de Maio de 2016

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga


(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra
“Auditório da Escola Pré-Primária de Vimieiro”**

1.º- A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**.

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** os seguintes relatórios:

- a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º -O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º- As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - A Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro ,deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.

REQUISIÇÃO : 2016016/133 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-05-13

2267

CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO
AV. COVEDELO, Nº 57
BRAGA
4705-401 BRAGA
PORTUGAL

Contribuinte: 510835953

Braga, 2016-05-13

Cabimento: 2016016/133 a 2016-05-13

(EUR)									
Código de	Data de								
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A.	Valor	
63136	2016-05-13	FREGUESIAS	----	1,000	2824,42000	0		2 824,42	
	Data	Órgão Económica	Dotação		Valor				
	2016-05-13	01 04050102		1 488 233,67	2 824,42				

Incidência	Taxa	Valor de Iva		
			Sub-Total	2 824,42
			Valor IVA	0,00
			Valor total	2 824,42

Observações:
APOIO FINANCEIRO.

Condições de pagamento :
Local de entrega : DAF

Divisão de Contabilidade
Planeamento e controlo de Gestão

[Handwritten Signature]

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga





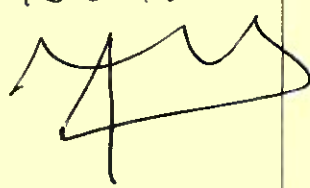
Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Ofício n.º E/135/DAF-SECRETARIA/2014

Assunto: Trabalhos não previstos do Auditório da Escola Pré-Primária de Santana de Vimieiro

Freguesia: UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>O processo em anexo refere-se aos "Trabalhos não previstos do Auditório da Escola Pré-Primária de Santana de Vimieiro" que já foram aprovados superiormente. Após avaliação do presente processo, verifico que o valor dos trabalhos aprovados (2.664,55€), não inclui o IVA (159,87€). Perante esta constatação submeto à consideração superior que o valor dos trabalhos propostos é de 2.824,42€ com IVA incluído.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, poderá a obra ser apresentada à reunião de Câmara e Assembleia Municipal para que seja deliberada a delegação de competências da execução da obra, na UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 6 de Maio de 2016</p>  <p>À Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração da respetiva proposta de apoio financeiro. 10.05.2016 </p> <p>De remeter à DE para cabimento tar e remeter à reunião do exe- cutivo. 12.05.2016 </p>	<p>Concordo com a informação técnica do Coordenador da DAF. A obra em apreço dispõe de despacho favorável do Sr. Presidente da Câmara. Nestes termos, julgo de delegar a mesma na Junta da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, através da atribuição de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, conseqüentemente, à aprovação da Assembleia Municipal.</p> <p>À consideração superior. 07.05.2016 </p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>De ac. pode proceder-se a confidencialização do processo que valident do subscrito e c. n.º por meio do Executivo de Câmara Municipal para efeitos de um apoio financeiro à ATAF-2 local.</p> <p>V.º do N.º 05 maio 2016</p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>A ... do Excmo. 16.05.16 </p>

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

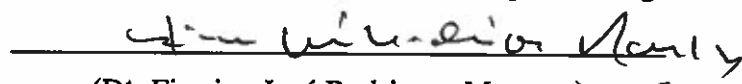
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à União das Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a execução da obra do **“Passadiço do Parque de merendas e Lazer de Cunha”** no valor de **2.927,95€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 12 de Maio de 2016

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga


(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra
“Passadiço do Parque de merendas e Lazer de Cunha”**

1.º - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **União de Freguesias de Arentim e Cunha**
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **União de Freguesias de Arentim e Cunha**

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **União de Freguesias de Arentim e Cunha** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **União de Freguesias de Arentim e Cunha** os seguintes relatórios:

- a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **União de Freguesias de Arentim e Cunha** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º - As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **União de Freguesias de Arentim e Cunha**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - **União de Freguesias de Arentim e Cunha** , deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/131 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-05-13

2263

ARENTIM E CUNHA
LUGAR DE GALINHELA
ARENTIM
4705-011 ARENTIM
PORTUGAL

Contribuinte: 510834612

Braga, 2016-05-13

Cabimento: 2016016/131 a 2016-05-13

Código de	Data de								(EUR)
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc	I.V.A.	Valor	
63136	2016-05-13	FREGUESIAS	----	1,000	2927,95000	0		2 927,95	
		<u>Data</u> <u>Órgão</u> <u>Económica</u>	<u>Dotação</u>		<u>Valor</u>				
		2016-05-13 01 04050102		1 527 310,34		2 927,95			

<u>Incidência</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor de Iva</u>		
			Sub-Total	2 927,95
			Valor IVA	0,00
			Valor total	2 927,95

Observações:
APOIO FINANCEIRO.

Condições de pagamento :
Local de entrega : DAF

Divisão de Contabilidade
Planeamento e Controlo de Gestão

[Handwritten signature]

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Ofício n.º PED/6421/2016

Assunto: Passadiço do parque de merendas e lazer de Cunha

Freguesia: UF de Arentim e Cunha

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A UF de Arentim e Cunha solicita um apoio financeiro para a construção do passadiço de ligação entre o parque de merendas e o parque de lazer de Cunha, dado que os mesmos estão separados por uma linha de água (ver foto em anexo). A construção deste passadiço reforçou a ligação entre dos dois espaços e melhorou as condições de acessibilidade.</p> <p>A construção deste passadiço importará em 5.855,91€, com IVA incluído, conforme orçamento apresentado pela UF de Arentim e Cunha, em anexo, o qual consideramos aceitável.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado uma proposta de Apoio Financeiro à UF de Arentim e Cunha, para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p>	<p>A execução de qualquer trabalho da iniciativa das juntas de freguesia que implica, na posterior, o pedido de apoio financeiro ao município para custear a mesma é uma prática que se reprov. No caso em apreço, até se considera aceitável a construção de um passadiço com o intuito de fazer a ligação entre os dois parques, pelo seu excelente enquadramento paisagístico e funcionalidade que enriqueceu substancialmente aquele espaço de lazer. Por tal razão, julgo que, apesar de tudo, o município deverá corresponder com uma comparticipação financeira.</p> <p>À consideração superior. 07.05.2016</p>
<p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 6 de Maio de 2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p>O modelo de intervenção a obter por alguns Juntas de Freguesia deve nunca deixar de mencionar por o facto do Município dever ser condecorado por intervenção de intervenção no espaço público, para para ajudar técnicos para para obter 100% do intento e por através directa ou através de apoio deve a uma ou múltiplas e validada do facto de que por posterior aprovação e apoio do executivo de apoio financeiro no caso de 100% da</p>
<p>Ao Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração da respectiva proposta de apoio financeiro, conforme despacho do Sr. Vice-Presidente.</p> <p>10.05.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>De remeter à DE para cabimentar e submeter à reunião do executivo.</p> <p>12.05.2016</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p>Visto de acordo 09 Maio 2016</p> <p>A M do Excmo.</p> <p>16.05.16</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

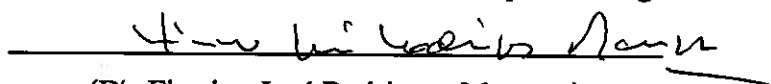
Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a execução da obra do **“Requalificação do Cemitério de Adaúfe - Trabalhos Complementares”** no valor de **36.148,72€**.

O presente Apoio Financeiro rege-se pelas normas do Anexo I.

Braga, 12 de Maio de 2016

O Vice – Presidente da Câmara Municipal de Braga


(Dr. Firmino José Rodrigues Marques)

**ANEXO I – Condições de atribuição de apoio financeiro para a execução da obra
“Requalificação do Cemitério de Adaúfe - Trabalhos Complementares”**

1.º - A obra será executada de acordo com os elementos aprovados pela Câmara Municipal que constam do respetivo processo administrativo.

2.º - A entrega das verbas objeto do presente apoio financeiro será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período.

3.º - A **Junta de Freguesia de Adaúfe** obriga-se a executar a obra no prazo de 90 dias.

4.º - A **Junta de Freguesia de Adaúfe** deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão;

5.ª - No âmbito do presente Apoio Financeiro, o **MUNICÍPIO** irá:

a) Prestar acompanhamento técnico à **Junta de Freguesia de Adaúfe**

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referentes à execução da obra, objeto da presente proposta de apoio financeiro, que serão remetidos à **Junta de Freguesia de Adaúfe**.

6.ª – No âmbito do presente Apoio Financeiro, a **Junta de Freguesia de Adaúfe** fica obrigada a:

a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;

b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do presente apoio e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra, com antecedência mínima de 8 dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma

de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução, de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

7.º - Serão elaborados pela **Junta de Freguesia de Adaúfe** os seguintes relatórios:

a) Relatório *Trimestral* de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;

b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra;

c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

8.º - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

9.º - A **Junta de Freguesia de Adaúfe** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar, de forma significativa, o cumprimento do objeto do presente Apoio Financeiro.

10.º - O **MUNICÍPIO** pode monitorizar a regular aplicação dos valores objeto do presente Apoio Financeiro pela **Junta de Freguesia de Adaúfe**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

11.º - As determinações do **MUNICÍPIO**, emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste Apoio Financeiro, são imediatamente aplicáveis e vinculam a **Junta de Freguesia de Adaúfe**, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

12.º - **Junta de Freguesia de Adaúfe**, deverá juntar documentos comprovativos da sua situação tributária (emitido pelos Serviços de Finanças) e contributiva (emitida pela Segurança Social) regularizada.



BRAGA
Município

REQUISIÇÃO : 2016016/132 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-05-13

10601

FREGUESIA DE ADAUFE
AVENIDA IMACULADA CONCEIÇÃO N°135
BRAGA
4710-820 ADAUFE
PORTUGAL

Contribuinte: 507144775

Braga, 2016-05-13

Cabimento: 2016016/132 a 2016-05-13

Código de	Data de							(EUR)
Produto/Conta	Entrega	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc't	I.V.A.	Valor
63136	2016-05-13	FREGUESIAS	----	1,000	36148,72000	0		36 148,72
		<u>Data</u> <u>Órgão</u> <u>Económica</u>	<u>Dotação</u>		<u>Valor</u>			
		2016-05-13 01 04050102		1 524 382,39		36 148,72		

<u>Incidência</u>	<u>Taxa</u>	<u>Valor de Iva</u>		
			Sub-Total	36 148,72
			Valor IVA	0,00
			Valor total	36 148,72

Observações:
APOIO FINANCEIRO.

Condições de pagamento :
Local de entrega : DAF

Divisão de Contabilidade
Planeamento e controlo de Gestão

NIF: 506 901 173

Praça Municipal, 4704-514 Braga

Telefone: 253 203 150 - Fax: 253 613 387

e-mail: municipe@cm-braga.pt

Ofício n.º PED/4611/2016

Assunto: Requalificação do Cemitério
Trabalhos complementares

Freguesia: Junta de Freguesia de Adaúfe

Informação do Coordenador da DAF	Informação do Adjunto do Sr. Vereador
<p>A Junta de Freguesia de Adaúfe apresenta um processo que inclui os trabalhos complementares à obra "Requalificação do Cemitério – Adaúfe". A necessidade destes trabalhos só foi possível apurar no decorrer da referida obra.</p> <p>O projeto apresentado está elaborado de acordo com as normas técnicas em vigor pelo que tem condições de ser aprovado.</p> <p>O valor da obra foi calculado em 36.148,72€, com IVA incluído, considerando-se correntes os preços unitários dos diferentes trabalhos.</p> <p>Posteriormente, caso haja concordância superior, será preparado uma proposta de Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Adaúfe, para aprovação em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal de acordo com a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.</p> <p>À consideração superior,</p> <p>Braga, 5 de Maio de 2016</p> <p><i>Francisco Marques</i></p> <p><i>À Sr. Eng. Francisco Marques para elaboração da proposta respetiva de apoio financeiro.</i> 10.05.2016</p> <p><i>De remeter à DE para coordenação e relembrar a reunião do executivo.</i> 12.05.2016</p>	<p><i>Concordo com a informação técnica do coordenador da DAF. Pela minuciosidade dos trabalhos em apuro, a necessidade dos mesmos só é detetável com o decurso da obra no seu geral.</i></p> <p><i>Dado tratar-se de uma questão extremamente sensível, julgo de merecer a aprovação e a sua delegação na junta de freguesia de Adaúfe, através da atribuição de um apoio financeiro a submeter à apreciação do executivo e, consequentemente, a aprovação da Assembleia Municipal.</i></p> <p><i>A consideração superior. 06.05.2016</i></p> <p>Despacho do Sr. Vereador</p> <p><i>Faço a clarificação Técnica de interesse e as vantagens dos trabalhos elencados durante a obra, e de poder por o referido projeto vir a utilizar do fundo Unicidade de Câmara Municipal de Braga. Vou intervir a proposta e reunir o executivo e fazer a autorização para proposta de apoio financeiro de valor identificados a JF de Adaúfe. Foi clarificado 06.05.2016</i></p> <p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara</p> <p><i>A ~ b Excmo.</i> 16.05.16</p>